

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 27458444/2025 - SAP.ARC.AUN

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Joinville, o município mais populoso de Santa Catarina, com 664.541 habitantes (Censo 2022) e a maior economia do estado, enfrenta desafios de segurança pública proporcionais à sua magnitude. Embora o município venha registrando, em anos recentes, reduções em certos indicadores de crimes violentos (como homicídios, cuja taxa é de 5,50 por 100 mil habitantes, enquanto a média nacional foi de 19,4), conforme dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-SC)., Ainda, a cidade lida com uma demanda persistente no combate a crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) e na complexa gestão da ordem urbana.

1.2 Há ainda a necessidade de verificar dentre os cidadãos da cidade, aqueles que são detentores de mandados de prisão expedidos em outros Estados da Federação e até mesmo, desaparecidos, que estão sendo procurados por seus familiares.

1.3 A segurança pública é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento e a qualidade de vida em qualquer cidade, funcionando como um alicerce sobre o qual outros setores podem prosperar. Sua importância transcende a simples prevenção e repressão ao crime, impactando diretamente a economia, a coesão social e a percepção de bem-estar da população, sendo este um dos objetivos principais da atual gestão.

1.4 Em sua essência, a segurança pública é a garantia, provida pelo Estado, de que os cidadãos possam exercer seus direitos e liberdades fundamentais sem serem ameaçados pela violência e pela desordem. Ela protege a vida, o patrimônio e a integridade física e moral das pessoas. Quando essa garantia falha, a confiança nas instituições se erode e a sociedade adocece, com consequências diretas e indiretas para todos os setores urbanos.

1.5 A percepção de segurança (ou a falta dela) age como um fator decisivo para o sucesso ou fracasso de diversas atividades econômicas e sociais, quais podemos elencar minimamente:

- **Turismo e Hotelaria** - O setor de turismo é talvez o mais sensível à questão da segurança. Turistas buscam destinos onde possam relaxar, explorar e consumir com tranquilidade. Notícias sobre altos índices ou crescimento da criminalidade, assaltos a turistas ou instabilidade social podem destruir a imagem de um destino, desviando fluxos de visitantes para locais concorrentes considerados mais seguros, sendo este o foco da contratação.

Por sua vez, um ambiente seguro incentiva os turistas a permanecerem por mais tempo, gastarem mais e explorarem diferentes áreas da cidade, incluindo passeios noturnos e eventos culturais. Isso impulsiona toda a cadeia produtiva: hotéis, restaurantes, guias turísticos, transporte e comércio local.

- **Comércio e Serviços** - O comércio, especialmente o de rua, depende diretamente da sensação de segurança para funcionar plenamente. Ruas bem iluminadas, policiadas e com baixa incidência de crimes atraem mais pessoas. Em contrapartida, áreas com reputação de perigosas veem seu movimento diminuir drasticamente, principalmente à noite, levando ao fechamento de lojas e à desvalorização comercial. A insegurança gera custos adicionais para os comerciantes, que precisam investir em segurança privada, sistemas de vigilância (câmeras, alarmes), seguros mais caros e, em casos extremos, lidar com perdas por roubos e furtos. Havendo crescimento ou descontrole da criminalidade, é comum que o comércio feche as portas mais cedo, limitando a atividade econômica e a conveniência para os consumidores.
- **Mercado Imobiliário** - A segurança é um dos principais fatores na precificação de imóveis e no desenvolvimento urbano. Bairros considerados seguros têm seus imóveis (residenciais e comerciais) muito mais valorizados. A "geografia do medo" cria verdadeiros abismos de preços dentro da mesma cidade, onde a diferença de poucas quadras pode significar uma variação expressiva no valor do metro quadrado. A busca por segurança impulsiona o crescimento de condomínios fechados e empreendimentos com forte aparato de segurança privada. Embora resolva um problema individual, esse movimento pode agravar a segregação socioespacial e o esvaziamento dos espaços públicos. Famílias e empresas escolhem onde se instalar com base na qualidade de vida, e a segurança está no topo dessa lista. Cidades que investem em segurança pública se tornam mais competitivas na atração de talentos e investimentos.
- **Transporte e Mobilidade Urbana** - A capacidade de se mover livremente e com segurança pela cidade é essencial para a vida urbana. O medo de assaltos em pontos de ônibus, terminais e dentro dos próprios veículos afasta os passageiros, especialmente em horários de menor movimento. Isso sobrecarrega o sistema viário com mais carros individuais e prejudica a população que depende do transporte coletivo. Parques, praças e ciclovias só cumprem sua função social se as pessoas se sentirem seguras para frequentá-los. A insegurança privatiza o lazer, confinando as pessoas em suas casas, shoppings ou clubes.
- **Educação e Saúde** - Até mesmo serviços essenciais são profundamente afetados. Em áreas dominadas pela criminalidade, a violência no entorno das escolas pode levar à evasão de alunos e professores, comprometendo o futuro de gerações. Profissionais de saúde podem se recusar a trabalhar em postos localizados em áreas de risco, e os próprios moradores podem ter medo de sair de casa para buscar atendimento, especialmente em emergências

noturnas.

1.6 Assim, resta claro que a segurança pública não é um "gasto", mas sim um investimento estratégico com retorno transversal (direto e indireto) para toda a cidade. A segurança pública não deve ser vista apenas como uma atividade policial, mas como um ecossistema complexo que envolve:

- **Prevenção:** Investimentos em iluminação pública, urbanismo, educação, cultura e oportunidades de emprego para jovens.
- **Inteligência e Tecnologia:** Uso de dados para mapear manchas criminais e otimizar o policiamento.
- **Policiamento Comunitário:** Aproximação entre as forças de segurança e a população para construir confiança.
- **Sistema de Justiça Eficaz:** Garantia de que o crime será investigado e punido de forma célere e justa.

1.7 Uma cidade segura é uma cidade próspera. Ela atrai investimentos, fomenta o turismo, fortalece o comércio, valoriza seus imóveis e, acima de tudo, permite que seus cidadãos vivam com dignidade, liberdade e paz, sendo o foco da contratação a atuação preventiva, com inteligência e tecnologia, aumentando a segurança da cidade como um todo.

1.8 Neste cenário, a eficácia das forças de segurança é diretamente impactada pela tecnologia disponível. O município enfrenta atualmente desafios significativos relacionados à fragmentação dos seus sistemas de segurança pública, obsolescência tecnológica e, principalmente, a ausência de integração entre as plataformas digitais utilizadas pelos órgãos públicos, como a Guarda Municipal e os agentes de trânsito, em suas necessárias interfaces com a polícia civil, militar e federal.

1.9 Diversas soluções anteriores, embora tenham sido satisfatórias dentro de escopos restritos (como o atual sistema de videomonitoramento, radares e softwares isolados de despacho), hoje se mostram limitadas diante da complexidade das demandas atuais. A gestão da segurança em uma cidade do porte de Joinville exige interoperabilidade total, automação, inteligência de dados e capacidade de resposta em tempo real, requisitos que os sistemas legados não suprem.

1.10 Além disso, muitos desses sistemas encontram-se em situação de descontinuidade contratual, exigindo uma modernização urgente para evitar o colapso de serviços essenciais de monitoramento e resposta a emergências.

1.11 Dessa forma, os requisitos definidos para uma nova plataforma integrada são indispensáveis, justificados tecnicamente e alinhados às melhores práticas e padrões de mercado, respeitando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público. A data estimada para a contratação é Dezembro/2025, em razão do encerramento iminente de contratos atuais e da necessidade de garantir uma transição segura e a continuidade operacional dos serviços de segurança no município.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 A Lei não impõe a elaboração do PCA, pelo contrário, faculta-o. No mesmo sentido, em que pese sua relevância, há apenas recomendações quanto a sua elaboração pela doutrina. Em mesmo sentido há o Memorando PGM.UAD 0020036205.

2.2 Ainda, considerando a Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), elenca que a elaboração do PCA como uma "alternativa" (uma vez a redação conter "poderá"), ou seja o mesmo fora relativizado a partir do ano de 2024:

Art. 9º. O Plano de Contratações Anual - PCA poderá ser exigido a partir do exercício de 2024, caso em que os Documentos de Formalização de Demanda deverão ser encaminhados até 01 de abril de 2023. (grifo nosso)

2.3 A contratação encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025. (26758096), que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, processo SEI 25.0.040527-8.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, § 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 A plataforma SMARTVILLE deverá ser fornecida nos modelos SaaS (Software como Serviço), IaaS (Infraestrutura como Serviço) e NaaS (Rede como Serviço), com funcionalidades capazes de substituir, inicialmente, os sistemas legados de videomonitoramento. A solução deve suportar, no mínimo, 5.000 câmeras para ser capaz de suportar integrações de novas câmeras e câmeras de terceiros, oferecendo alta disponibilidade, desempenho otimizado e baixa latência, garantindo respostas rápidas para o controle de câmeras do tipo PTZ, mesmo em ambientes remotos.

3.2 A arquitetura da plataforma e o banco de dados devem priorizar performance e escalabilidade, permitindo o uso eficiente por um grande número de usuários simultâneos, sem degradação no desempenho. O sistema deve incluir funcionalidades de georreferenciamento para câmeras, agentes e demais ativos monitorados, além de ferramentas completas de gestão, tais como:

- Dashboard personalizável;
- Geração de relatórios e gráficos dinâmicos;

- Rastreamento de atividades operacionais;
- Monitoramento de desempenho da plataforma em tempo real;
- Emissão de métricas e indicadores de negócio.

3.3 A solução deverá ser acessível via navegadores web como Chrome, dispensando a necessidade de instalação de programas dedicados. Deve ser modular, desenvolvida com base em arquitetura de serviços e microsserviços, permitindo atualizações e melhorias contínuas.

3.4 A plataforma deve contar com uma equipe de suporte técnico capacitada para garantir atendimento remoto ágil e eficaz, ou presencial em casos de maior gravidade, conforme os níveis de serviço (SLA) definidos no Termo de Referência e seus anexos.

3.5 A solução deve ser compatível com ambientes multi-cloud e permitir a integração da infraestrutura IaaS própria da CONTRATANTE, viabilizando futuras integrações e migrações de sistemas com maior facilidade.

3.6 Além disso, a plataforma deverá atender às necessidades da administração pública, tanto na substituição de sistemas quanto na informatização e automação de processos. O sistema deverá ser multiagência, permitindo o funcionamento conjunto ou independente de cada entidade conforme a necessidade, com capacidade de gestão centralizada e análise integrada entre agências.

3.7 A plataforma SMARTVILLE deve reorganizar o ecossistema tecnológico da administração pública, promovendo a convergência e racionalização de sistemas, reduzindo a fragmentação existente. As funcionalidades devem ser agrupadas por similaridade, preservando, contudo, os controles de acesso, granularidades para usuários e perfis distintos.

3.8 Sistemas que deverão ser absorvidos ou substituídos pela nova plataforma:

- Sistema de Videomonitoramento
- Monitoramento de Alertas
- Visualização de Mapas e Georreferenciamento
- Sistema de Atendimento e Despacho (CAD)
- Gestão Documental
- Gestão de Materiais, Equipamentos e Logística
- Gerenciamento de Formulários e Registros Operacionais

3.9 Do enquadramento da contratação como serviço comum de engenharia. A contratação tem como escopo o serviço de videomonitoramento através de câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial. No entanto, para que a contratação atinja o seu objetivo, se faz necessário que a empresa contratada, proceda com a instalação das câmeras em pontos indicados pela Administração, bem como a implantação do Centro de Controle e Operações, com painéis de led (videowall) entre outras instalações necessárias, as quais demandam acompanhamento de responsável técnico devidamente habilitado. No entanto, para a instalação destes equipamentos, os quais são comuns no mercado, as instalações ocorrem em condições padronizadas, com atendimento de normas técnicas e boas práticas, por profissional habilitado, de forma que possuam a qualidade e excelência necessárias ao atendimento da necessidade da Administração, nos prazos previstos e com o mínimo de correções possíveis.

3.9.1 O fato de o serviço ser prestado por profissional especializado, não significa que se trata de serviço de maior complexidade em sua execução. Os serviços propostos para a presente contratação são padronizados, sem complexidade técnica e operacional, e o Memorial Descritivo indica objetivamente os critérios pelos quais devem ser executados os serviços, bem como os padrões de desempenho e qualidade para a execução dos serviços. Neste sentido, esclarece a [Nota Técnica 01/2024](#) do IBRAOP - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, *mutatis mutandis*:

A padronização significa a execução de vários objetos com alterações mínimas do projeto, quando necessárias. Porém, essa exigência de padronização não pode inviabilizar possíveis e necessárias adequações do “projeto padrão” ao local, como as relacionadas às características do solo para realização das fundações ou da topografia do terreno que possa demandar algum tipo de preparo não previsto no projeto padronizado (projeto básico).

3.9.2 Ademais, os serviços propostos são contratados de forma rotineira pela Administração já existindo contratações similares vigentes (como o serviço de vigilância humana patrimonial desarmada e vigilância eletrônica monitorada para segurança das Unidades da Administração, locação de equipamentos de áudio e vídeo, etc), os quais os servidores já detêm expertise suficiente para fiscalizar a contratação.

3.9.3 Os serviços propostos para contratação são amplamente realizados no mercado, pelo profissional atuante e habilitado na área. Não se trata de serviço restrito a um grupo específico de profissionais que possuam qualificação e alta especialização na área. Em regra, qualquer profissional com habilitação técnica pode realizar o serviço, e estes profissionais, com é cediço, estão em grande número no mercado local, regional e nacional.

3.9.4 Neste sentido, destacamos a lição de Marçal Justen Filho, que “*bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio*” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo,

3.9.5 Por sua vez, o Tribunal de Contas da União entende que “a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, **o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico**” (Acórdão nº 2.806/2014 - 1ª Câmara) (grifo nosso).

3.9.6 Nessa mesma linha de entendimento, ponderando o enquadramento no âmbito da Lei 14.133/2021, destacamos as orientações constantes na [Nota Técnica IBR 001/2021](#) do IBRAOP - Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, *mutatis mutandis*:

4. Da definição de obras comuns de engenharia

As obras comuns de engenharia são, portanto, aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes).

Nas obras comuns, os padrões de desempenho e qualidade devem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado, assim como os serviços são executados segundo protocolos, métodos e técnicas conhecidos e determinados em normas expedidas pelas entidades regulamentadoras. Nelas, a qualidade do trabalho é atestada por meio do confronto com normas técnicas e profissionais pré-estabelecidas e, embora possa haver variações metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado desejado pela Administração.

O fato de a obra ou serviço de engenharia exigir projetos com cálculos e dimensionamentos não afasta a sua possível classificação como comum, pois todas exigem algum tipo de cálculo, mas desde que as soluções de engenharia, que condicionam a escolha dos métodos de projeto e de execução, sejam amplamente difundidos dentre os potenciais construtores ou prestadores de serviços de engenharia.

Assim, as obras comuns de engenharia seriam aquelas (i) com baixo grau de complexidade técnica, (ii) executadas corriqueiramente pela administração, (iii) que contam com especificações e métodos usuais no mercado, e para as quais (iv) existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia (grifo nosso)

7. Importância dos Estudos Técnicos Preliminares:

Os estudos técnicos preliminares são documentos fundamentais para dar suporte a uma justificativa técnica para a classificação em obra comum ou obra especial e tais estudos devem estar de acordo com o comando da NLLC, no seu art. 6º, incisos XX, XII e XIII.

Entende-se que o momento da classificação da obra ou serviço de engenharia como comum ou especial deve ocorrer durante o planejamento da contratação, ocasião em que será juntada a adequada motivação, materializada nos estudos técnicos preliminares. (grifo nosso)

3.9.7 Em que pese em alguns momentos a referida Nota Técnica 001/2021 do IBRAOP se referir a obra comum, por analogia de conceituação, é possível alinhar o entendimento de que sob os mesmos aspectos/requisitos o serviço pode ser enquadrado como serviço comum de engenharia, quando estes possuem os padrões de desempenho e qualidade para a execução dos serviços objetivamente definíveis, e que sejam amplamente difundidos dentre os potenciais prestadores de serviços de engenharia.

3.9.8 Assim, os serviços propostos para a presente contratação são enquadrados como **serviços comuns de engenharia**.

3.10 - Do enquadramento da contratação de serviço de videomonitoramento através câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial como serviço comum - A complexidade tecnológica do objeto não descaracteriza sua natureza "comum" para fins licitatórios. A confusão frequente ocorre ao se igualar "comum" a "simples" ou "de baixa tecnologia". O Art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021 define:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

3.10.1 Portanto, o critério distintivo não é a complexidade tecnológica, mas a possibilidade de descrição objetiva. Portanto, é comum quando a Administração descreve exatamente o que precisa para atendimento da necessidade, ainda que minimamente, em Termo de Referência, usando especificações técnicas padronizadas que o mercado entende e pode fornecer (ex: resolução da câmera, taxa de acurácia do reconhecimento facial, tempo de armazenamento, funcionalidades da plataforma). Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União (TCU) :

[ACÓRDÃO 2471/2008 - PLENÁRIO](#)

9.2. recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG que preveja, em documento normativo que trate exclusivamente de licitação e contratação de serviços de Tecnologia da Informação, distinto da norma que se refere genericamente à contratação de outros serviços, que os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional devem utilizar o pregão para contratar bens e serviços de informática considerados comuns, observado o disposto abaixo:

9.2.1. A licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns, ou seja, aqueles que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica. Quando, eventualmente, não for viável utilizar essa forma, deverá ser anexada a justificativa correspondente (Lei nº 10.520/2002, art. 1º; Lei nº 8.248/1991, art. 3º, § 3º; Decreto nº 3.555/2000, anexo II; Decreto nº 5.450/2005, art. 4º, e [Acórdão 1547/2004-TCU-Primeira Câmara](#));

9.2.2. Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º);

9.2.3. Bens e serviços de TI cuja natureza seja predominantemente intelectual não podem ser licitados por meio de pregão. Tal natureza é típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos;

9.2.4. Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de tecnologia da informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º, e [Acórdão 1114/2006-TCU-Plenário](#));

3.10.2 Assim, considerando o enquadramento como serviço comum, a modalidade licitatória proposta é o pregão, com o critério de julgamento por menor preço global, considerando que não será possível o parcelamento da solução.

3.11 Do atestado de capacidade técnica - A contratação possui duas qualificações, sendo uma parte enquadrada como serviço comum de tecnologia da informação, referente ao serviço de videomonitoramento através câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial, e a instalação das câmeras e implantação do Centro de Controle e Operações como serviço comum de engenharia, já exposto neste documento. Assim, para fins de habilitação técnica e operacional, serão exigidos comprovação tanto do serviço de videomonitoramento como das instalações das câmeras.

3.11.1 Para fins de habilitação técnica do serviço de videomonitoramento através câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial serão exigidos o percentual de 50% (cinquenta por cento) de comprovação de qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, sendo 1.817 câmeras de videomonitoramento em funcionamento, o que equivale a 50% (cinquenta por cento) do total mínimo a ser executado nos primeiros 12 meses de execução, considerando que a solicitação do referido percentual permite que o profissional comprove que possui, a priori, equipe técnica suficiente para atendimento da demanda, prevenindo possíveis descumprimentos contratuais, bem como, que o referido percentual não gera limitação à participação em razão de que não há limitação temporal, mas tão somente de execução, privilegiando inclusive a experiência para a execução dos serviços.

3.11.1.1 A exigência de atestado de capacidade técnica permite que sejam firmados contratos somente com proponentes que sejam detentores de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional e expertise suficiente para a execução dos serviços, garantindo assim que os serviços sejam realizados com a qualidade e eficiência que se espera, para o pleno atendimento da necessidade da Administração. Como é sabido, a qualidade dos serviços prestados impactam diretamente no atendimento efetivo da necessidade da Administração, conferindo celeridade, eficiência e efetividade para as diversas ações da Administração, e por via de consequência, economia para o erário.

3.12 - Da habilitação econômico-financeira - O critério de seleção do fornecedor para apresentação do capital social e do patrimônio líquido mínimo, será o percentual de 10%, pois a contratação visa atender a necessidade de vários órgãos da Administração, cujo valor e impacto financeiro necessita da comprovação da saúde financeira da contratação, de modo a garantir que a CONTRATADA possua capacidade financeira para arcar com o compromisso junto à Administração.

3.13 Da subcontratação - Nos termos do Art. 122 da Lei 14.133/2021, esta equipe de planejamento entende como cabível que a contratada subcontrate os serviços que não se confundam com as parcelas de maior relevância, assim entendida como a parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na solução tecnológica (software e analíticos) para implantação do Joinville Sempre Alerta - Plataforma Smartville.

3.13.1 Para a subcontratação, a eventual subcontratada deverá apresentar, além dos demais requisitos técnicos necessários, à comprovação de que já executou o serviço subcontratado em percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), da parcela subcontratada.

3.14 Das garantias - Ainda, para a contratação essa equipe técnica entende como necessária a solicitação das seguintes garantias para a contratação:

- a) garantia adicional para o caso do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021;
- b) garantia nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021, cujo percentual indicado é de 5% diante da complexidade técnica do empreendimento e dos riscos envolvidos. Tais requisitos são necessários diante da complexidade técnica da contratação como um todo, devendo ser garantido que a contratada possua condições financeiras para assumir o compromisso com a Administração e executar o serviço com o máximo de eficiência possível.

3.15 Dos padrões mínimos de qualidade/desempenho - Com relação ao cumprimento do cronograma executivo com a conclusão das instalações das câmeras e demais equipamentos, e implantação completa do sistema, suas integrações e migrações o prazo previsto e com a qualidade esperada, essa equipe técnica propõe que sejam elencados os critérios de cumprimento de cronograma, sob pena de glosas da contratada.

3.15.1 A contratação possui também, como obrigação da contratada cumprir com os níveis mínimos de serviço, estes fixados em 99,5%, como sendo o nível aceitável de disponibilização da ferramenta, com vistas ao atendimento da necessidade da Administração, à qual está relacionada à segurança pública, não podendo existir falhas constantes e equipamentos inoperantes em grande quantidade, comprometendo o atingimento das metas e objetivos da Administração.

3.16 Tais exigências são necessárias considerando a necessidade e interesse público na implantação da solução para a segurança pública da população, e que em não sendo devidamente executados nos prazos e níveis propostos, compromete a efetividade e eficiência da solução como um todo.

3.17 Da necessidade da contratada possuir preferencialmente escritório na cidade de Joinville, onde serão prestados os serviços - O objeto da contratação envolve a implementação e manutenção de uma solução de videomonitoramento através câmeras com analíticos em tempo real, com instalação de câmeras e a necessidade de garantir uma taxa mínima de operacionalidade superior a 99,5%.

A natureza crítica e o alto índice de desempenho exigido necessário à execução do serviço e atendimento da finalidade de garantir a segurança pública impõem a necessidade de prontidão, logística e suporte técnico imediato, o que somente uma base operacional local pode, a priori, assegurar:

- a) Imediatismo no Suporte Técnico: A manutenção de uma taxa de operacionalidade acima de 99,5% exige que qualquer falha nos equipamentos (câmeras, *hardware*, *links* de transmissão, etc.) seja corrigida com extrema celeridade. A presença de sede, filial ou escritório de apoio operacional em Joinville/SC é indispensável para garantir o tempo de resposta rápido e efetivo necessário para evitar períodos de inoperância que comprometeriam a segurança e a gestão de dados em tempo real.
- b) Logística de Peças e Pessoal: A localização da base em Joinville, local da prestação dos serviços, facilita a gestão e o transporte rápido de equipes técnicas e o *estoque regulador* de peças de reposição (*spare parts*), elementos cruciais para a manutenção da disponibilidade contínua (24/7) do sistema de vídeo monitoramento.

Ainda, é importante destacar que se trata de obrigação na execução contratual, não sendo condição de habilitação. Essa equipe de planejamento almeja um prazo de 2 meses para instalação, após a disponibilização da solução e instalação das câmeras e demais equipamentos iniciais.

3.18 O custo estimado da contratação não deverá ser divulgado (constar com "sigilo") em Termo de Referência durante a fase preparatória (interna) da contratação, com vistas à garantia da lisura da pesquisa de mercado, vez que, em sendo realizada a pesquisa de preços com fornecedores, a indicação do valor máximo que a Administração

estima que será a contratação, poderá haver influência indireta nos valores propostos. O valor estimado será tornado público apenas quando da fase externa do procedimento, o qual constará no Edital da licitação.

3.18.1 Tal condição não se confunde com o disposto no Art. 18, §1º inciso VI da Lei 14.133/2021, vez que o sigilo não será para fins de propostas e lances em licitação, e sim, para fins de pesquisa de preços na fase preparatória. Na fase externa, haverá a divulgação do valor estimado em Edital.

3.19 Os demais requisitos específicos estão dispostos no Termo de Referência e demais anexos ao processo.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Para a presente contratação, a estimativa das quantidades para 60 meses, foram obtidas considerando-se da seguinte forma:

| DENOMINAÇÃO | DESCRIPTIVO | UNIDADE DE MEDIDA | DETRANS | SED | SEPROT | SES | Total geral |
|--|--|-------------------|---------|--------|--------|------|-------------|
| Software e Analíticos - Plataforma Smartville | Plataforma concentradora/integradora de diversos sistemas, otimizando os serviços, que passarão a ser operados de forma cooperativa e integrada. | Licença de uso | | | 60 | | 60 |
| Software e Analíticos - Módulo de monitoramento de rios | Software que visa implementar o algoritmo de monitoramento de rios. | Licença de uso | | | 6000 | | 6000 |
| Software e Analíticos - Módulo analítico de barreiras e alertas | Software analítico que emite alerta se houver invasão de perímetro em uma zona de vigilância pré-determinada. | Licença de uso | 780 | | 35220 | | 36000 |
| Interoperabilidade - Desenvolvimento | Desenvolvimento de soluções personalizadas para atender às necessidades específicas do projeto. | Hora | | | 40000 | | 40000 |
| Interoperabilidade - Integração | Modulo que permite a integração de câmeras de terceiros a solução. | Unidade | 240 | | 299760 | | 300000 |
| Hardware - Movimentação de câmeras | Movimentação de câmeras que por motivos maiores, precisem ser instaladas em outros lugares que favoreçam alguma estratégia adotada pelo município. | Unidade | | | 500 | | 500 |
| Hardware - Postes | Locação de postes a serem utilizados para a instalação das câmeras. | Unidade | | 9.960 | 38.340 | | 48.300 |
| Hardware - Movimentação de postes | Movimentação de postes que por motivos maiores, precisem ser instaladas em outros lugares que favoreçam alguma estratégia adotada pelo município. | Unidade | | | 125 | | 125 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera analítica de leitura de placa | Serviço de monitoramento através de câmeras de leitura de placa. | Unidade | 4800 | | 7200 | | 12000 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial instalada em poste | Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Instalada em poste. | Unidade | | 39.840 | 440160 | | 480000 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 1 câmera | Serviço de monitoramento através de câmera de reconhecimento facial fixa. Ponto com 1 câmera. | Unidade | | 10440 | 3300 | 3900 | 17640 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 2 câmeras | Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 2 câmeras. | Unidade | | | 240 | 240 | 480 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento | Serviço de monitoramento através de | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|--|---------|--|------|------|------|------|
| facial ponto com 3 câmeras | câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 3 câmeras. | Unidade | | | 120 | | 120 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 4 câmeras | Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 4 câmeras. | Unidade | | | 60 | | 60 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 7 câmeras | Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 7 câmeras. | Unidade | | | 60 | | 60 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 8 câmeras | Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 8 câmeras. | Unidade | | | 60 | | 60 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 15 câmeras | Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 15 câmeras. | Unidade | | | 60 | | 60 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera PTZ com reconhecimento facial | Serviço de monitoramento através de câmeras de PTZ com reconhecimento facial. | Unidade | | 1080 | 1140 | 1080 | 3300 |
| Armazenamento em nuvem - Câmera de monitoramento de rios | Serviço de monitoramento através de câmeras de monitoramento de rios. | Unidade | | | 1800 | | 1800 |
| Hardware - Sala de Situação - Tipo A | Sala de gerenciamento de situações alocada em locais físicos, como edificações. | Unidade | | | 300 | | 300 |
| Hardware - Sala de Situação - Tipo B | Sala de gerenciamento de situações montada em veículos permitindo sua mobilidade. | Unidade | | | 120 | | 120 |
| Centro de Controle e Operações | Ambiente físico e tecnológico onde todas as informações captadas pelos sistemas convergem para análise, tomada de decisão e resposta rápida. | Unidade | | | 60 | | 60 |

4.2 Para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes como por exemplo a contratação de câmeras de cercamento digital [Anexo Contrato LPR (27250815)], videomonitoramento [Anexo Contrato CIGA (27250778)] e semáforos inteligentes [Anexo Contrato Semáforo (27250806)], realizado o levantamento junto às Unidades contempladas na contratação, consideradas as previsíveis alterações de demanda e a possibilidade de economia de escala.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 O Município de Joinville enfrenta atualmente um desafio significativo na gestão de seus serviços públicos: a fragmentação de seus sistemas tecnológicos. Ferramentas essenciais, como as de videomonitoramento, gestão de ocorrências, despacho de equipes e monitoramento de rios, operam em silos isolados. Esta separação estrutural impede uma visão unificada das operações e resulta na subutilização dos recursos disponíveis. O impacto mais crítico dessa deficiência é observado na Segurança Pública, onde a falta de interoperabilidade acarreta lentidão no atendimento a incidentes e uma postura predominantemente reativa.

5.2 A superação deste obstáculo exige a implementação de uma plataforma unificada que garanta a interoperabilidade total entre os sistemas dos diversos órgãos. Tal solução permitiria, por exemplo, que um evento detectado por uma câmera de videomonitoramento gera automaticamente uma ação de despacho no Centro de Comando e Operações (CCO). Isso transformaria a gestão, otimizando as ações de prevenção a incidentes e reduzindo drasticamente o tempo de reação das equipes.

5.3 Para implementar essa visão, a Administração Pública avalia duas alternativas estratégicas: a contratação de uma solução de mercado ou o desenvolvimento interno da plataforma.

- a) A primeira alternativa, a contratação de uma empresa especializada, propõe o fornecimento de uma plataforma integradora na modalidade de serviço. Este modelo inclui não apenas o software e as licenças, mas também a locação dos equipamentos necessários, como câmeras de monitoramento e sistemas de leitura de placas (LPR). A análise aprofundada desta opção revela sua alta viabilidade. Estrategicamente, ela converte um alto Custo Total de

Propriedade (TCO) em um custo operacional (OpEx) previsível. A principal vantagem reside na transferência de risco: a responsabilidade pela manutenção de software e hardware, atualizações tecnológicas e garantia de compatibilidade é totalmente absorvida pela contratada. Isso elimina custos imprevistos com correções ou obsolescência de equipamentos, garantindo que o sistema permaneça funcional e atualizado.

- b) A segunda alternativa, o desenvolvimento interno da plataforma, exigiria que o Município assumisse integralmente o ciclo de vida do projeto. Esta abordagem implica a necessidade imediata de contratação de uma equipe multidisciplinar e altamente especializada para desenvolver cada módulo, integrar os sistemas legados e, subsequentemente, prover manutenção contínua tanto ao software quanto aos equipamentos. Além do alto investimento inicial (CapEx) na aquisição de todo o hardware, esta opção apresenta riscos estratégicos consideráveis. O tempo de desenvolvimento seria extenso, retardando a entrega de valor à população. Mais criticamente, o Município assumiria o ônus da obsolescência tecnológica e a dificuldade de retenção de talentos especializados em TI, que competem com o setor privado.

5.4 Ao comparar as soluções, a contratação de fornecimento se destaca analiticamente. Ela oferece uma redução drástica no tempo de implementação (time-to-market), permitindo que os benefícios na segurança pública sejam sentidos mais rapidamente. O suporte técnico contínuo, incluído no escopo do contrato, assegura a estabilidade e a evolução da plataforma sem a necessidade de investimentos adicionais. A locação de equipamentos, por sua vez, garante que o parque tecnológico seja constantemente modernizado pela contratada, sem custos adicionais de mão de obra para instalações, manutenções ou trocas.

5.5 Considerando os custos, riscos, prazos e a necessidade de especialização técnica, a opção pelo desenvolvimento interno (Alternativa 2) se mostra menos viável e mais onerosa a longo prazo. A contratação de uma empresa especializada (Alternativa 1) demonstra ser a solução mais eficiente e estrategicamente sólida para atender às necessidades da Administração do Município de Joinville, garantindo uma solução tecnológica integrada, moderna e com custos gerenciáveis.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO:

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, a contratação de empresa especializada para prestar o serviço de videomonitoramento através câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial, contendo sistemas gerenciais de operação, que possibilite a integração com outros sistemas, com fornecimento de estrutura, equipamentos e mão-de-obra necessários, bem como dar manutenção à solução e aos equipamentos se demonstra sendo a melhor solução para atendimento das necessidades da Administração do Município de Joinville/SC.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, tendo por base levantamento preliminar de mercado, o histórico de contratações anteriores e a demanda esperada.

6.2 Para os custos relacionados a hardware, foram realizadas pesquisas de preço em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, presentes nos Anexos de Pesquisa de Preço (Orçamento da Composição de Custos (27278673)); para os custos de Operadores de Monitoramento presentes na Planilha de Custos (Anexo Composição de Custo do Agente (27282908)); e para os itens relacionados a software foram utilizadas pesquisas efetuadas diretamente com fornecedores (Orçamento (27282900)), visto que estes itens não são encontrados nos demais tipos de orçamento.

6.3 De início, estima-se a contratação total no valor de R\$ 121.992.124,80 (cento e vinte e um milhões, novecentos e noventa e dois mil cento e vinte e quatro reais e oitenta centavos) para 60 meses de contratação.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após uma análise das soluções de mercado, a Administração identifica a contratação da plataforma tecnológica integrada "Joinville Sempre Alerta - Plataforma SmartVille" como a solução definitiva para o atendimento do interesse público. Esta plataforma não se configura como um simples sistema, mas como um novo ecossistema de gestão inteligente da cidade, projetado para centralizar e automatizar operações críticas.

7.2 O escopo do projeto é vasto e abrange a integração de milhares de pontos de coleta de dados. A espinha dorsal da vigilância será composta por aproximadamente 3.600 câmeras de monitoramento em locais públicos estratégicos, complementadas pela integração de aproximadamente 2.000 câmeras de terceiros por adesão voluntária de câmeras particulares de munícipes.

7.3 O sistema será potencializado por inteligência artificial, aplicando reconhecimento facial em prédios e vias públicas para segurança e utilizando um robusto cercamento eletrônico com leitura de placas (LPR) nas entradas e saídas da cidade. A integração abrange ainda 256 faixas de fiscalização eletrônica (radares), o monitoramento de patrimônio público e a modernização do parque semafórico com tecnologia inteligente.

7.4 Um dos pilares centrais da solução é a interoperabilidade. A plataforma unifica a gestão de ocorrências da Guarda Municipal, Defesa Civil e Detrans, quebrando eventuais entraves operacionais que hoje geram lentidão. Além disso, o sistema se conectará a bases de dados externas essenciais, como CórteX, DETRAN e SISP, permitindo consultas em tempo real de veículos e indivíduos, transformando dados brutos em inteligência acionável.

7.5 Para viabilizar essa transformação, o modelo de contratação adotado será o de serviço (SaaS/PaaS/IaaS). Esta

abordagem estratégica transfere ao fornecedor a responsabilidade integral pela infraestrutura (hardware, servidores, câmeras), software, manutenção, suporte e atualizações contínuas. O desempenho será assegurado por Acordos de Nível de Serviço (SLAs) rigorosos. Crucialmente, para evitar a dependência tecnológica (vendedor lock-in), o contrato exigirá que a plataforma opere em padrões abertos e arquitetura modular, garantindo a soberania do município sobre seus dados através da exigência de portabilidade e documentação técnica completa.

7.6 A aplicação de recursos públicos é justificada pelos ganhos operacionais, econômicos e sociais. A centralização da informação permitirá decisões mais ágeis e precisas em áreas críticas como segurança, defesa civil e mobilidade. A análise do cenário oposto — a não implementação do projeto — revela riscos inaceitáveis. Isso resultaria na provável perda de continuidade de contratos essenciais, falhas no videomonitoramento, lentidão crítica na resposta a desastres naturais e um aumento da insegurança pública, comprometendo diretamente a capacidade da Administração em executar suas atividades-fim e garantir a qualidade de vida da população.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1. A presente contratação refere-se à implantação de sistema de videomonitoramento inteligente com câmeras analíticas, plataforma web de gestão, integração com outros sistemas, estruturas físicas, equipamentos e mão de obra especializada. Trata-se de uma solução cujo funcionamento eficiente depende da padronização tecnológica, interoperabilidade entre os componentes e gestão unificada.

8.1.1 Embora a Administração deve sempre avaliar a possibilidade de parcelamento para ampliar a competitividade, o Art. 40 da Lei 14.133/2021 permite a contratação única quando comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem econômica do fracionamento, o que se aplica plenamente neste caso.

8.1.2 Dessa forma, a contratação em questão não é passível de parcelamento devido à natureza indivisível do objeto, que exige uma abordagem integral e centralizada por parte do contratado para garantir sua eficácia e eficiência. A necessidade de responsabilidade técnica centralizada é fundamental para assegurar que todas as partes do objeto sejam gerenciadas de forma coesa e coordenada, evitando, assim, possíveis falhas ou inconsistências.

8.2 O parcelamento da contratação por mais de um fornecedor poderia acarretar em:

8.2.1 Inviabilidade Técnica: Risco de incompatibilidade entre componentes de fornecedores distintos, impedindo a interoperabilidade e a geração de dados analíticos confiáveis;

8.2.2 Conflito de Responsabilidades: Dificuldade em atribuir responsabilidades por falhas sistêmicas, resultando em "transferência de culpas" entre fornecedores e prejuízo à fiscalização;

8.2.3 Prejuízo Operacional: Perda da visão unificada do sistema, aumento da complexidade de gestão, e comprometimento da eficiência e da segurança do projeto como um todo;

8.2.4 Ineficiência Econômica: Potencial aumento de custos totais com a necessidade de medições e gerenciamento de múltiplos contratos, além do risco de duplicidade de escopos ou omissões nas interfaces.

8.3 Portanto, considerando as características do objeto e as disposições legais aplicáveis, justifica-se a não realização do parcelamento da contratação para garantir a melhor solução para o interesse público.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1. Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se garantir que a cidade de Joinville esteja paramentada com um sistema que promova maior segurança à população, usando de novas tecnologias, para que este sistema tenha cada vez mais eficácia e promova resultados satisfatórios ao interesse público.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 É importante destacar que o Termo de Referência estabelece quais serão as unidades responsáveis pela fiscalização. Essas unidades contarão com equipes técnicas compostas por servidores experientes e qualificados, que possuem amplo conhecimento sobre a contratação em questão. Além disso, essas equipes poderão solicitar suporte interno, se necessário, para garantir uma fiscalização eficaz. Assim, não há necessidade de providências.

10.2 As unidades participantes ao designar os membros para a fiscalização do contrato, estas devem observar rigorosamente o princípio da segregação de funções. Isso garante que os integrantes responsáveis pela elaboração da fase preparatória do contrato não desempenhem funções na comissão de fiscalização, assegurando assim a integridade e a transparência do processo.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 A contratação pretendida possui vinculação com os contratos 821/2023 e 094/2025, anexados ao presente processo sob os números de documento 26912678 e 26912702. A presente contratação irá utilizar de dados coletados pelas contratações citadas, para realização de análises e visualização de informações.

11.2 Para a presente contratação, não foram localizadas Atas de Registros de Preços dos Consórcios aos quais o município integra.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Para a contratação há previsão de eventual impacto ambiental, dada a natureza da contratação relacionadas à Solução, com gerenciamento e manuseio de materiais pela empresa especializada, e sendo estes materiais finais e aderentes às suas especificações de qualidade padrão de mercado de tecnologia, não há identificação de quaisquer impactos ambientais relacionados a este contrato. No entanto, caso cabível, a CONTRATADA deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Para este projeto foi realizado o Mapa/Matriz de Riscos 27250703.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios, observando o disposto nos demais tópicos do Estudo Técnico Preliminar:

| Parâmetro considerado | Sim | Não | Observação / Comentário |
|--|-----|-----|-------------------------|
| 1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico? | X | | |
| 2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado? | X | | |
| 3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária? | X | | |
| 4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo? | X | | |
| 5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave) | X | | |
| 6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares. | X | | |
| 7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos? | X | | |

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara viável a contratação de contratação de empresa especializada no serviço de videomonitoramento através câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial, contendo sistemas gerenciais de operação, que possibilite a integração com outros sistemas, com fornecimento de estrutura, equipamentos e mão-de-obra necessária, para **implantação do Joinville Sempre Alerta - Plataforma Smartville.**, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Evelin Fernanda Vargas, Coordenador(a)**, em 13/11/2025, às 11:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Lauro Weinert, Diretor (a) Executivo (a)**, em 13/11/2025, às 13:13, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Isaias Stremel de Almeida, Gerente**, em 13/11/2025, às 13:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27458444** e o código CRC **07B4C1BD**.

Av. Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguau - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.251409-0

27458444v6